



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002942-34.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **LORENZO RAMOS FIACCADORI**
 Requerido: **FRANCIEUDES LOPES DA CRUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que reside em imóvel que especificou e que o réu entre 22h e 05h passa nas proximidades trabalhando em uma motocicleta como vigilante.

Alegou ainda que o réu nessas oportunidades utiliza uma cirene instalada na motocicleta, o que lhe perturba o sono noturno.

Almeja à condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em cessar tal atividade.

As preliminares arguidas em contestação pelo réu não merecem acolhimento.

Isso porque de um lado o autor, no contexto do relato exordial, ostenta condições para figurar no polo ativo da relação processual e, de outro, o processo encerra meio útil e necessário a que ele atinja a finalidade que tenciona.

Presentes, pois, a legitimidade ad causam e o interesse de agir, rejeito as prejudiciais suscitadas.

No mérito, contudo, não assiste razão ao autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Com efeito, inexistente nos autos qualquer elemento material que sequer permita vislumbrar que a conduta do réu rendeu ensejo à perturbação do sossego do autor.

O relato de fls. 02/03 foi instruído com Boletim de Ocorrência elaborado unilateralmente pelo autor, ao passo que o documento de fls. 08/09 dá conta do encaminhamento de representação ao Ministério Público Estadual sobre o assunto em apreço.

Ela foi subscrita por ilustre Advogado local, o qual figurou como autor na ação referida a fls. 10/14 e que também ofereceu a réplica de fls. 38/48 em prol do autor.

A prova documental, como se vê, não é robusta a ponto de constituir indício minimamente consistente de que o réu tenha cometido o ato ilícito que lhe foi atribuído.

Seria de rigor, vale registrar, que tivessem sido coligidos dados concretos e específicos sobre a matéria controvertida, patenteando o volume do sinal sonoro emitido pelo réu no exercício de sua atividade laborativa para que se aquilatasse se está ou não em conformidade com a legislação de regência.

Todavia, isso não foi feito.

Descabe cogitar, outrossim, do alargamento da dilação probatória, porquanto a inquirição de testemunhas por si só em nada alteraria o quadro delineado.

Por fim, não se pode olvidar que nos dias que correm a contratação de "seguranças particulares" sucede em larga escala e que somente diante de prova sólida – cuja produção nesta sede, dependendo de sua natureza, é de inviável realização – seria possível concluir que o uso de cirene é indevido.

Em situação análoga, o extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo já assentou tal entendimento:

*“AÇÃO DE PRECEITO COMINATÓRIO – Vigilante noturno que se utiliza de apito no exercício de sua atividade – Prática habitual e típica da profissão, não constituindo perturbação ao sossego público, a não ser em caso de uso comprovadamente indevido – Improcedência da ação – Recurso desprovido” (Apelação nº 9206910-38.2002.8.26.0000 , Rel. **CYRO BONILHA**).*

Essa orientação aplica-se com justeza mutatis mutandis à hipótese vertente, de modo que a rejeição da pretensão deduzida é medida que se impõe.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

P.R.I.

São Carlos, 11 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**